

TELEFÔNICA INTERNATIONAL WHOLESALE SERVICES BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 04.869.841/0001-90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo				
Circulante			195.352	249.405
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	2.693	34.504
Contas a receber de serviços, líquidas	6	-	102.304	111.524
Créditos com empresas ligadas	24	-	1.343	1.172
Tributos a recuperar	7	-	12.809	8.183
Operações com derivativos	27	-	66.839	83.056
Outros ativos	8	-	9.364	10.966
Não circulante			252.445	176.209
Contas a receber de serviços, líquidas	6	-	289.998	182.477
Tributos a recuperar	7	-	3.542	2.432
Depósitos judiciais	14	-	18.444	17.293
Outros ativos	8	-	16.283	13.996
Investimentos	11	252.445	176.209	-
Imobilizado, líquido	9	-	160.906	131.447
Intangível, líquido	10	-	2.301	2.532
Total do ativo			252.445	176.209

Nota	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Passivo				
Circulante			362.853	374.277
Fornecedores	-	21	234.427	234.220
Impostos, taxas e contribuições	12	-	29.101	29.716
Pessoal, encargos e benefícios sociais	13	-	5.781	5.023
Operações com derivativos	27	-	66.055	84.404
Receitas antecipadas	15	-	14.136	16.396
Outras obrigações	-	-	13.353	4.518
Não circulante			1.107	1.066
Provisão para demandas judiciais	14	-	19.351	18.233
Obrigações com partes relacionadas	24	1.107	1.066	-
Tributos diferidos	23	-	1.817	1.823
Receitas antecipadas	15	-	51.467	30.127
Outras obrigações	-	-	-	-
Patrimônio líquido			251.338	175.122
Capital social	16	166.267	166.267	166.267
Outros resultados abrangentes	4s	55.664	34.548	55.664
Lucros (prejuízos) acumulados	29.407	(25.693)	29.407	(25.693)
Total do passivo e do patrimônio líquido			252.445	176.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa foi constituída em 07 de dezembro de 2001, está sediada na Rua Martiniano de Carvalho, 851 - 16º andar - CEP 01321-001 - São Paulo - SP e tem por objeto a participação direta ou por meio de empresas coligadas, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, em outras empresas, sejam estas civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras. A Empresa é controlada pela Telefônica International Wholesale Services América S.A., com sede no Uruguai, a qual consolida as informações da Empresa e sua investida Telefônica International Wholesale Services Brasil Ltda.

As operações da Empresa estão totalmente relacionadas com os resultados do investimento na investida Telefônica International Wholesale Services Brasil Ltda.

Telefônica International Wholesale Services Brasil Ltda. ("TIWS Brasil")

A TIWS Brasil foi constituída em 26 de abril de 1999, e tem por objeto a exploração e implantação de infraestrutura de telecomunicações, terrestre, submarina, aérea ou espacial. A atividade da Controlada, conforme seu objeto social ocorre por meio da construção e exploração de cabo submarino de fibra óptica que circunda a América Latina. Atualmente, o cabo liga-se à América do Norte, e de Miami se estende à Europa, por meio de permuta de cabos swap, efetuada substancialmente com empresas ligadas.

As operações da TIWS Brasil foram estruturadas no país considerando o negócio global de exploração dos serviços prestados e, dessa forma, os contratos de prestação de serviços são firmados pela Telefônica International Wholesale Services América S.A. (atual controladora indireta da Empresa) com os respectivos clientes usuários dos serviços. As receitas de prestação de serviços da Telefônica International Wholesale Services do Brasil Ltda. decorrem, principalmente, do faturamento feito à Telefônica Empresas S.A., Telefônica do Brasil S.A. e TIWS SL (Espanha), levando em conta os percentuais sobre os serviços contratados, que são atribuíveis à empresa brasileira. Estes contratos têm como referência os preços globais praticados em operações semelhantes.

As características básicas do modelo do processo em avaliação são as seguintes:

- A TIWS Brasil fatura aos seus respectivos clientes locais a totalidade de suas vendas, permitindo, dessa maneira, a recuperação do saldo de ICMS gerado em suas operações. Dessa forma, a Empresa adquirirá os serviços do restante da rede internacional das demais Empresas do Grupo TIWS (importações), para viabilizar a totalidade de suas vendas aos clientes locais.
- As receitas com vendas apresentam as margens de lucro de acordo com as normas brasileiras de preço de transferência.
- No caso das vendas por exportações provenientes dos serviços contratados localmente, também estão sendo consideradas as margens de lucro suportadas pelas normas locais de preço de transferência.

A TIWS Brasil estima que o modelo de negócio, de acordo com as características, garante a rentabilidade das operações.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2014 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária prevista na Lei nº 6.404/76 com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) vigentes em 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2015.

3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas conforme o Pronunciamento técnico CPC 36 - Demonstrações Consolidadas e são compostas pelas demonstrações financeiras da Telefônica International Wholesale e Services Brasil Participações Ltda. e sua controlada abaixo:

Razão social	País sede	31/12/2014	31/12/2013
Telefônica International Wholesale Services Brasil Ltda.	Brasil	100%	100%

A controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa, e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. A demonstração financeira da controlada é elaborada para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados na consolidação. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sumarizadas a seguir.

- a) **Caixa e equivalentes de caixa:** incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de três meses das datas das contratações, correspondendo basicamente a CDBs baseadas na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado (Nota 5).
- b) **Contas a receber de serviços, líquidas:** estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas e registradas de acordo com o período de competência, ajustado pelo montante estimado de eventuais perdas pela falta de pagamento. Estão incluídos os serviços já faturados e os ainda não faturados na data do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante estimado suficiente para cobrir eventuais perdas e considera o tempo médio de inadimplência.
- c) **Despesas antecipadas:** são reconhecidas como despesas antecipadas os prêmios com a contratação de apólices de seguros, impostos anuais municipais e estaduais e contratos de prestação de serviços de longo prazo de uso de capacidade de cabos, deduzido das parcelas apropriadas ao resultado do exercício, respeitando-se o regime de competência, conforme período de vigência dos contratos.
- d) **Ajuste a valor presente:** determinados ativos e passivos de longo prazo devem ser registrados inicialmente pelo seu valor descontado a valor presente conforme pronunciamento contábil CPC 12 - Ajuste a Valor Presente. A controlada adotou esse conceito para o ativo de ICMS gerado na aquisição de ativo imobilizado cujo prazo de realização é de 48 meses. A taxa utilizada para cálculo foi de 9,77% (CDI acumulada).

e) **Análise de recuperabilidade de ativos:** a Administração revisa pelo menos anualmente em nível da controladora, após a administração dos negócios é realizada de forma centralizada conforme comentado no contexto operacional, o valor contábil líquido dos ativos (incluindo entre outros, imobilizado e intangível) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, é estimado o valor recuperável como o maior valor entre o valor justo menos custos de venda e o valor de uso. Para determinar o valor de uso, são considerados os fluxos de caixa futuros gerados através do uso do ativo ou de sua unidade geradora de caixa, conforme o caso correspondente, os quais são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições de mercado atuais para o valor do dinheiro ao longo do tempo e os riscos associados ao ativo específico. Quando o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) **Imobilizado:** é demonstrado pelo custo de aquisição, formação e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação.

g) **Despesas subsequentes à entrada do ativo em operação** são reconhecidas imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados.

h) **Item do imobilizado é baixado** quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens as quais são revisadas periodicamente (Nota 9).

i) **Intangível:** é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido da amortização acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis.

A amortização é realizada pelo método linear para ativos intangíveis de vida útil definida com base no prazo de vida útil estimada. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, sendo realizado teste de recuperabilidade anualmente ou quando existam indícios de que o valor contábil possa não ser recuperável (Nota 10).

h) **Tributação:** as receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto	Alíquota
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias.....	25%
PIS - Programa de Integração Social.....	1,65%
COFINS - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social.....	7,60%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta na demonstração do resultado. O imposto de renda pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro são registrados pelo regime de competência e estão apresentados líquidos no balanço patrimonial dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais somente serão reconhecidos com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, suportada por estudos e projeções. No encerramento das demonstrações financeiras, esses créditos não foram reconhecidos.

i) **Saldos a transações em moeda estrangeira:** as transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais decorrentes das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado como receitas e despesas contábeis.

j) Provisões líquidas

1) As provisões são reconhecidas quando a Empresa ou sua controlada possuem uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. Os valores reconhecidos como provisão são a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativas à obrigação.

2) Provisão para demandas judiciais: a Controlada é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza, civil, trabalhista e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e que uma estimativa razoável possa ser feita (Nota 14).

k) **Reconhecimento das receitas:** as receitas correspondentes aos serviços prestados são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros sejam transferidos à Empresa ou sua controlada, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfatórios para cada uma das atividades da Empresa ou sua controlada. A receita não faturada entre a data do último faturamento até a data do balanço é reconhecida no mês em que o serviço é prestado. A Controlada possui faturamentos antecipados com empresas nacionais e internacionais, sendo as parcelas apropriadas ao resultado linearmente, com base no prazo contratual de prestação de serviços. Para o faturamento com empresas internacionais, os valores são atualizados pela taxa de câmbio vigente nos respectivos meses.

l) **Outros ativos e passivos:** um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa ou sua controlada e se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa ou sua controlada possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) **Estimativas contábeis:** a preparação das demonstrações financeiras da Empresa e sua controlada requerem que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de que passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fonte de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido de seus ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros: a Empresa e sua controlada avaliam nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" ocorrido) e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimados.

Impostos: existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Controlada constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Empresa.

Provisões para demandas judiciais: a Empresa e sua controlada reconhecem provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas, quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Ativo imobilizado e intangível: o tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do período. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica a realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o seu montante esperado da mesma. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

Valor justo de instrumentos financeiros: quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

n) **Planos de benefícios pós-aposentadoria:** a Controlada patrocina planos de pensão de contribuição definida e seguro de risco de morte e invalidez dos participantes. Os custos correntes, relativos ao plano de contribuição definida, são determinados pelo montante de contribuição requerida para o período e contabilizado pelo período de competência. Os custos estimados dos seguros por invalidez e morte são provisionados de acordo com a expectativa do período de serviço do funcionário.

o) **As provisões de bônus anual:** são constituídas para reconhecer a remuneração baseada em desempenho e/ou resultados dos funcionários e executivos que são administrados diretamente pelo departamento de Recursos Humanos localizado na matriz em Madrid, Espanha.

p) **Receitas (despesas) financeiras:** representam juros, variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e saldos de contas a receber e a pagar em moeda estrangeira auferidos até a data do balanço.

q) **Instrumentos financeiros:** a Empresa e sua controlada utilizam, com base nos CPCs 38(R3), 39(R3) e 40 (R1) Instrumentos Financeiros, as seguintes categorias para classificação e valoração de seus ativos e passivos financeiros:

Ativos financeiros	Método de valoração
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Caixas e equivalentes de caixa).....	Valor justo
Empréstimos e recebíveis.....	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Passivos não mensurados ao valor justo.....	Custo amortizado

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação.

A Empresa e sua controlada determinam a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Empresa e sua controlada determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

O critério para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros segue (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste; (ii) a utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação, levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.

A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme a categoria. O custo amortizado corresponde (i) ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro; (ii) menos as amortizações de principal; e (iii) mais ou menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva.

Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do exercício.

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Empresa ou sua controlada transferirem os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Empresa ou sua controlada não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Empresa ou sua controlada tiverem transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com o ativo.

r) **Demonstração dos fluxos de caixa:** as demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas conforme método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s) **Conversão das demonstrações financeiras - pronunciamento CPC 02 (R2):** conforme o pronunciamento técnico CPC 02 (R2) - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis, as apresentações das demonstrações financeiras estão obrigadas a cumprir o estabelecido nos termos aprovados neste Pronunciamento Técnico, os quais estão assim fundamentados e publicados como segue:

Moeda funcional - a Administração, após análise das operações e negócios da Empresa e sua controlada, sobre a aplicabilidade do pronunciamento técnico CPC 02 (R2), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, em relação principalmente aos fatores para determinação de sua moeda funcional, concluiu que o dólar norte-americano é a moeda funcional da Empresa e sua controlada. Essa conclusão baseia-se na análise dos seguintes indicadores conforme descrito no pronunciamento técnico CPC 02 (R2):

a) Moeda que mais influencia os preços de bens e serviços;

b) Moeda do país cujas forças competitivas e regulamentos mais influenciam na determinação do preço de venda de seus produtos e serviços;

c) Moeda que mais influencia mão de obra, material e outros custos para fornecimento de produtos ou serviços;

d) Moeda na qual são obtidos, substancialmente, os recursos das atividades financeiras.

Moeda de apresentação - a Empresa e sua controlada adotaram como moeda de apresentação o Real (R\$). A conversão das demonstrações financeiras de cada exercício social foram aplicadas seguindo o CPC 02 (R2) da seguinte forma:

a) Os ativos e passivos para cada balanço patrimonial apresentado, incluindo os comparativos foram convertidos utilizando a taxa de fechamento (R\$2.6562 para 31 de dezembro de 2014, R\$2.3426 para 31 de dezembro de 2013) na data do respectivo balanço;

b) O patrimônio líquido inicial de cada balanço corresponderá ao patrimônio líquido final do período anterior conforme convertido à época; as mutações do patrimônio líquido durante o período corrente serão convertidas pela taxa de suas respectivas datas;

c) As receitas e despesas foram convertidas utilizando as taxas cambiais em vigor nas datas das transações; e

d) As variações cambiais resultantes dos itens (a), (b) e (c) acima foram reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido denominada, "Ajustes acumulados de conversão".

A seguir é apresentada a conciliação das variações cambiais líquidas lançadas diretamente contra o patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, decorrentes do processo de conversão da moeda funcional (US\$) para a moeda de apresentação (R\$) da Empresa:

Ajuste acumulado de conversão	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro.....	34.548	9.078
(+) Adições, líquidas.....	21.116	25.366
Saldo em 31 de dezembro.....	55.664	34.444

i) **Investimentos:** Os investimentos da Empresa em sua controlada são contabilizados com base no método de equivalência patrimonial. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma controlada é reconhecido inicialmente ao custo.

A demonstração do resultado reflete a participação da Empresa nos resultados operacionais da controlada. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessa investida é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Empresa.

Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da controlada, a Empresa reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

9. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

2014	2013	Consolidado	Saldo em
Taxa anual de depreciação %	31/12/2013	Adições	Transfêrências
Terreno.....	2.104	-	282
Construções.....	5.407	-	745
Instalações telefônicas.....	83.513	-	18.704
Instalações técnicas, máquinas, utensílios e equipamentos para processos de informação.....	24.194	-	3.061
Outros.....	758	-	923
Bens e instalações em andamento.....	15.471	34.684	(22.533)
Total.....	131.447	34.684	(23)
Custo total.....	437.665	-	-
Depreciação acumulada.....	(306.218)	-	-
Imobilizado, líquido.....			

TELEFÔNICA INTERNATIONAL WHOLESALE SERVICES BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 04.869.841/0001-90

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

Não existem indicadores de *impairment* ou provisão para perda de ativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	2013						Consolidado	
	Taxa anual de depreciação %	Saldo em 31/12/2012	Adições	Transferências	Baixas	Ajustes de conversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2013
Terreno	-	1.835	-	-	-	269	-	2.104
Construções	4%	5.244	-	299	-	353	(489)	5.407
Instalações telefônicas	8%	108.248	-	971	-	2.804	(28.510)	83.513
Instalações técnicas, máquinas, utensílios e equipamentos para processos de informação	10% a 20%	8.046	-	15.942	(54)	2.864	(2.604)	24.194
Outros	10% a 20%	439	-	-	-	377	(58)	758
Bens e instalações em andamento	-	17.389	14.766	(17.212)	-	528	-	15.471
Total	-	141.201	14.766	-	(54)	7.195	(31.661)	131.447
Custo total	-	368.567	-	-	-	-	-	437.665
Depreciação acumulada	-	(227.366)	-	-	-	-	-	(306.218)
Imobilizado, líquido	-	141.201	-	-	-	-	-	131.447

(a) O saldo residual das transferências contempla aquelas transferências realizadas para o ativo intangível.

10. INTANGÍVEL, LÍQUIDO

	2014						Consolidado	
	Taxa anual de amortização %	Saldo em 31/12/2013	Adições	Transferências	Baixas	Ajustes de conversão	Amortização	Saldo em 31/12/2014
Software	20%	316	-	23	-	(50)	(219)	70
Redes e instalações arrendadas	-	2.216	-	-	-	209	(194)	2.231
Total	-	2.532	-	23	-	159	(413)	2.301
Custo total	-	9.873	-	-	-	-	-	11.226
Depreciação acumulada	-	(7.341)	-	-	-	-	-	(8.925)
Intangível líquido	-	2.532	-	-	-	-	-	2.301

(a) O saldo residual das transferências contempla aquelas transferências realizadas para o ativo imobilizado.

Não existem indicadores de *impairment* ou provisão para perda de ativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

11. INVESTIMENTOS

a) Movimentação dos investimentos

	Saldo 31/12/2013	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de conversão	Saldo 31/12/2014
	176.209	55.120	21.116	252.445
	176.209	55.120	21.116	252.445

b) Participação direta em controlada

	2014						Consolidado	
	Participação (%)	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Resultado do período	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	
31 de dezembro de 2014								
Telefônica International Wholesale Services								
Brasil Ltda.	100,00%	687.936	435.491	252.445	55.120	252.445	55.120	
Total geral		687.936	435.491	252.445	55.120	252.445	55.120	

31 de dezembro de 2013

	2013						Consolidado	
	Participação (%)	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Resultado do período	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	
Telefônica International Wholesale Services								
Brasil Ltda.	100,00%	600.648	424.439	176.209	36.189	176.209	36.189	
Total geral		600.648	424.439	176.209	36.189	176.209	36.189	

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Consolidado	
	2014	2013
Tributos sobre a renda: (a)		
Imposto de renda a pagar	816	723
Contribuição social a pagar	297	277
Total	1.113	1.000
Tributos indiretos:		
PIS	4.344	4.521
COFINS	20.011	20.823
CIDE	1.527	1.786
FUST	233	124
ICMS	1.342	632
ISS	-	8
Outras retenções de terceiros	531	822
Total	27.988	28.716
Total	29.101	29.716

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.

13. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Consolidado	
	2014	2013
Salários e encargos sociais	3.084	2.380
Bônus anual	2.697	2.643
Total	5.781	5.023

14. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

	Nota	Consolidado	
		2014	2013
A) Provisões:		19.351	18.233
Trabalhista	14.1.b	1.028	1.028
Tributária	14.2.b	18.323	17.205
B) Depósitos judiciais:		18.444	17.293
CIDE	14.2.b	18.194	15.399
Outras tributárias		250	1.894

14.1. Demandas trabalhistas

A Empresa possui diversas ações de natureza trabalhista, tendo provisionado R\$1.028, para fazer frente às perdas consideradas como prováveis pelos seus assessores legais. Demonstramos a seguir os montantes envolvidos e os respectivos graus de risco:

	Consolidado	
	2014	2013
Grau de risco:		
Possível (a)	398	355
Provável (b)	1.028	1.028
Total	1.426	1.383

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas ações relativas, principalmente, a diferenças salariais, equiparacões salariais, horas extras, relação de emprego de funcionários de terceiros e adicional de periculosidade, entre outros.

14.2. Demandas tributárias

A controlada possui diversas ações de natureza tributária, tendo provisionado R\$18.323 para fazer frente às perdas consideradas como prováveis pelos seus assessores legais. Demonstramos a seguir os montantes envolvidos e os respectivos graus de risco.

	Consolidado	
	2014	2013
Grau de risco:		
Possível (a)	83.316	86.160
Provável (b)	18.323	17.205
Total	101.639	103.365

Descrevemos a seguir as principais contingências tributárias, de acordo com o grau de risco:

a) Valores representados principalmente por autuação relativa em face do crédito indevido do ICMS destacado em documentos fiscais emitidos a outros destinatários. Com base na opinião dos assessores legais da Empresa o grau de risco foi considerado possível e desta maneira não foi constituída provisão.

b) A Controlada está questionando judicialmente desde 18 de julho de 2006 a constitucionalidade do recolhimento da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE, referente à prestação de serviços de telecomunicação fora do país. Com base na opinião dos assessores legais da Empresa o grau de risco foi considerado provável. Considerando o grau de risco, foi constituída provisão no valor de R\$18.323 (R\$17.205 em 31 de dezembro de 2013), tendo sido depositado judicialmente o mesmo montante.

15. RECEITAS ANTECIPADAS

	Nota	Consolidado	
		2014	2013
Receita antecipada com empresas ligadas - moeda nacional	24	7.387	11.814
Receita antecipada com outras empresas - moeda nacional		58.216	34.709
Total		65.603	46.523
Circulante		14.136	16.396
Não circulante		51.467	30.127

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de 166.266.805 quotas, com valor de R\$1,00, cada, 99,99% integralizadas pela Telefônica International Wholesale Services América S.A., com sede no Uruguai.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2014	2013
Receita bruta de serviços:		
Locação de infraestrutura	177.046	162.835
Serviços de infraestrutura para comunicação	74.128	62.806
Serviços de manutenção de rede	83.910	82.177
Deduções da receita bruta:		
ICMS	(3.953)	(3.953)
PIS e COFINS	(8.297)	(8.101)
ISS	(62)	(95)
Total	(14.315)	(12.149)
Receita líquida	320.769	295.669

18. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	2014	2013
Depreciação e amortização	(23.213)	(42.651)
Custo com serviços	(145.750)	(121.082)
Pessoal	(8.603)	(6.382)
Impostos sobre importação	(13.526)	(11.514)
Total	(191.092)	(181.629)

19. COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Consolidado	
	2014	2013
Pessoal	(9.438)	(10.339)
Despesas com serviços	(37.706)	(30.884)
Depreciação e amortização	(275)	(300)
Outros impostos	(77)	(36)
Total	(47.496)	(41.559)

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Pessoal	-	-	(137)	(382)
Despesas com serviços	(20)	(37)	(5.054)	(4.720)
Depreciação e amortização	-	-	(405)	(299)
Outros impostos	-	-	(2.770)	(5.759)
Total	(20)	(37)	(8.366)	(11.160)

21. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas recuperadas	-	-	-	33
Venda de bens de uso	-	-	427	-
Baixa de bens de uso	-	-	(427)	(68)
Reversão de provisão para demandas judiciais	-	-	-	218
Outros	-	-	71	71
Total	-	-	71	254

22. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	2014	2013
Receitas financeiras:		
Varição cambial	24.783	15.261
Outras	1.221	1.548
Total	26.004	16.809
Despesas financeiras:		
Varição cambial	(22.904)	(23.772)
Outras	(2.256)	(1.306)
Total	(25.160)	(25.078)
Total	844	(8.269)

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Empresa e sua controlada provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

a) Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

A tabela a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em 2013 e 2012.

	Consolidado		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes da tributação	55.100	36.223	74.679	53.306

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - 34%	(18.734)	(12.317)	(25.391)	(18.124)
Compensação do prejuízo fiscal	-	-	9.362	7.511
IR e CS sobre ajustes de conversão	-	-	(7.185)	(8.624)
Equivalência patrimonial	18.741	12.304	-	-
Diferenças temporárias não reconhecidas	(7)	-	3.655	2.154
Total do imposto de renda e contribuição social	-	-	(13.559)	(17.083)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(17.851)	(15.260)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(1.708)	(1.823)

A Controlada possui prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social sobre o lucro, assim como diferenças temporárias. Entretanto, pelo fato de a Empresa não ter uma expectativa de realização futura, não foram reconhecidos os impostos diferidos sobre esses créditos. Os saldos de IRPJ e CSLL não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa em 31 de dezembro de 2014 eram de R\$39.604 (R\$48.915 em 31 de dezembro de 2013).

A Controlada realiza transações com empresas relacionadas no exterior e desta forma, está sujeita às regras de preços de transferência que suportam a aplicação do imposto de renda e contribuição social estão baseadas na interpretação da legislação vigente sobre a matéria.

b) Medida Provisória nº 627/13 convertida em Lei

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 estabelecendo que a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que a empresa que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir de 2013.

Em maio de 2014, esta Medida Provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, inclusive no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da aplicação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Durante o período a que se refere a Medida Provisória, a Lei nº 12.973 estabeleceu a não incidência tributária de forma incondicional para os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013.

A Controlada elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e optou por não adotar de forma antecipada, sendo que será adotado apenas em 2015.

24. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os preços e condições das transações com partes relacionadas são determinados em acordos estabelecidos entre as partes. Os principais saldos decorrentes de transações com partes relacionadas estão detalhados abaixo:

	Controladora		Consolidado		
	Nota	2014	2013	2014	2013
Ativo					
Circulante				96.705	106.598
Contas a receber de serviços, líquidas	6	-	-	94.295	104.406
Telefônica Brasil				73.748	75.860
Telefônica International Wholesale Services S.L.				20.134	27.849
Vivo				413	-
Outras				-	697
Despesas antecipadas				1.067	1.010
Créditos com empresas ligadas				1.343	1.172
Não circulante				290.816	184.373
Contas a receber de serviços, líquidas	6	-	-	289.998	182.477
Telefônica International Wholesale Services S.L.				288.814	181.231
Outras				1.184	1.246
Despesas antecipadas				8	-
Passivo				214	1.894
Circulante				1.107	1.066
Fornecedores				1.107	1

TELEFÔNICA INTERNATIONAL WHOLESALE SERVICES BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ nº 04.869.841/0001-90

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

atraso. Ultrapassando o prazo estipulado pela Controlada e a impossibilidade de recebimento, é solicitado ao Departamento Jurídico auxílio no processo de cobrança.

O risco é reduzido em função de a Controlada manter contratos com clientes sólidos, sendo seus principais clientes empresas do mesmo grupo econômico.

A Controlada também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e valores a receber de operações de swap. A Controlada atua de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Empresa e sua controlada não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Empresa e sua controlada são efetuados diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

e) Derivativos

e.1) Política de gestão de risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Controlada têm o objetivo de proteção de risco cambial dos ativos e passivos em reais, conforme política corporativa de gestão de riscos. Dessa forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os passivos cambiais financeiros estão protegidos ("hedged").

A Controlada mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Controlada em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

e.2) Valores justos dos instrumentos financeiros de derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Controlada possuía operações de derivativos na ordem de R\$784 (R\$1.348 em 31 de dezembro de 2013) a valor de mercado. O método de valoração

utilizado para o cálculo do valor de mercado dos instrumentos derivativos (swap cambial) foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas de BM&FBovespa, e trazendo o valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para swaps, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de Cupom da Moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os quadros abaixo apresentam a composição das operações com derivativos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Consolidado							
	Valor de referência		Valor justo		Efeito acumulado 2014		Efeito acumulado 2013	
	2014	2013	2014	2013	receber	pagar	receber	pagar
Contratos de Swap								
Ponta ativa:								
Bradesco - Swap_USDXDI	54.091	68.116	52.058	68.064	54.058	-	68.064	-
Bradesco - Swap_DixUSD	12.790	15.005	12.781	14.992	12.781	-	14.992	-
	66.881	83.121	66.839	83.056	66.839	-	83.056	-
Ponta passiva:								
Bradesco - Swap_USDXDI	52.579	69.403	52.966	69.393	-	52.966	-	69.393
Bradesco - Swap_DixUSD	12.692	15.042	13.089	15.011	-	13.089	-	15.011
	65.271	84.445	66.055	84.404	-	66.055	-	84.404
Total das operações com derivativos								
Operações de derivativos, líquido					784	-	-	1.348

DIRETORIA

Alloys Bleyer Barbosa
Gerente Geral

Ney Berrio Sgobbi
Gerente Adjunto

Aline da Silva Andrade.
Contadora / CRC 1SP293136/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Quotistas, Conselheiros e Diretores da

Telefônica Internacional Wholesale e Services Brasil Participações Ltda.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Telefônica Internacional Wholesale e Services Brasil Participações Ltda. ("Empresa"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Estes swaps de moeda estrangeira (Dólar) x CDI - operações de swap contratadas possuem vencimento em janeiro e fevereiro de 2015.

Premissas para a análise de sensibilidade

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Dólar - US\$	2,6562	3,3203	3,9843

Análise de sensibilidade - exposição líquida

Operação	Risco	Deterioração	
		Provável	25% 50%
Hedge (Ponta Ativa)	Risco de perda em função de diminuição do dólar e desvalorização do ativo.	66.839	50.129 33.420
Hedge (Ponta Passiva)	Risco de perda em função do aumento do dólar e valorização do passivo.	66.055	82.569 99.083

28. SEGUROS

A política da Empresa e sua controlada, bem como do Grupo Telefônica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefônica S.A.

A Administração da Empresa entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais riscos. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Importância	
	segurada 2014	segurada 2013
Seguro incêndio/multirisco	R\$15.860	R\$15.860
Danos morais, danos materiais e corporais contra terceiros	R\$1.100	R\$1.100
Seguro auto:		
Autocompreensivo	100% tabela FIPE	100% tabela FIPE

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telefônica Internacional Wholesale e Services Brasil Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 13 de agosto de 2015.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Alexandre Hoepfers
Contador CRC-SC021011/O-3-T-PR-S-SP